

UNIDADE POPULAR – 80

Eleições Municipais de 2020

O programa do Poder Popular para as cidades

Apresentação

O Brasil vive a crise econômica mais grave de sua história, revelando que a burguesia e seu sistema econômico e político, o capitalismo, não tem mais nada a oferecer para a nossa população, exceto desemprego, miséria, fome e mortes.

Com a eleição do governo fascista de Bolsonaro, dos generais e dos banqueiros, a situação só piorou. De fato, é absolutamente impossível encontrar uma medida do governo que atenuie o sofrimento vivido pelo povo em suas múltiplas dimensões. Com a pandemia do novo Coronavírus, a opção de Bolsonaro de governar para os ricos ficou mais evidente. Por essa razão, mais de 70% do povo brasileiro reprovava o governo do milionário fascista. Nas cidades, esse drama social se expressa de maneira evidente.

Vamos aos dados:

O ano de 2019 fechou com 12 milhões de desempregados e 13,5 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, ou seja, vivendo com menos de R\$ 145,00. Para as mulheres trabalhadoras, a situação é pior. No ano passado, segundo o IBGE, o salário médio pago às mulheres foi 77,5% menor que o salário pago aos homens e no caso de mulheres negras essa diferença é ainda maior. Entre os trabalhadores em condições de trabalho “análogas à escravidão” (sem remuneração), as mulheres negras são 48% do total, e são também 58% dos trabalhadores domésticos sem carteira assinada.

No que diz respeito à moradia, segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional brasileiro ultrapassa 6,355 milhões de unidades e de 7,7 milhões, segundo a Fundação Getúlio Vargas. De acordo com o relatório do Programa Habitat (órgão ligado à ONU) 52,3 milhões de brasileiros (28% da população e quatro vezes mais do que reconhece o governo) vivem nas 16.433 favelas cadastradas no país — número

que chegará a 55 milhões de pessoas em 2020. Se somarmos a isso os moradores de cortiços, loteamentos ilegais, ocupações e os moradores de rua, o total chega a 36,6% da população.

Dados divulgados pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS), elaborada pelo IBGE em 2012, apontam que 29,7% dos domicílios urbanos no Brasil ainda não têm acesso simultâneo aos serviços básicos de saneamento e iluminação. Destes domicílios, 93,5% sofrem com a falta de esgotamento sanitário. Ao todo, 7 milhões de brasileiros não têm banheiro.

Conforme projeções da ONU, até 2050, a porcentagem da população brasileira que vive em centros urbanos deve pular para 93,6%. Em termos absolutos, serão mais de 237 milhões de pessoas morando nas cidades do país, em apenas 36 anos.

Com o aprofundamento da crise econômica, também cresce a violência contra a mulher. Segundo o Atlas da Violência de 2018, houve um aumento de 6,4% no período de dez anos, sendo as mulheres negras as mais atingidas pela violência doméstica e feminicídio. Além disso, a maior parte das mulheres em situação de violência são as mulheres jovens, a partir de 18 anos de idade e o instrumento mais usado é a arma de fogo, sendo utilizada em cerca de 50% dos casos.

O capitalismo em sua fase mais aguda de crise econômica, com o crescimento exponencial do desemprego e do trabalho precarizado, atinge ainda mais violentamente a população negra, que foi historicamente marginalizada pelas elites no Brasil. Em 2018, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 66 mil pessoas foram assassinadas no Brasil, sendo destes 78% negros e negras. Um negro tem 23% mais chances de ser assassinado. Já em relação a juventude, os números são piores: metade da população assassinada no país é composta por jovens negros. Esta realidade se repete quando analisamos a população prisional em nosso país.

Segundo INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), o Brasil tem 726.712 pessoas encarceradas até 2016, sendo a terceira maior população carcerária do mundo. Nos anos 2000, esta população era de 232.755, ou seja, os números mais que dobraram em 16 anos. Destes, mais da metade são jovens e 65% dos presos são negros e negras.

O futuro da juventude também tem sido destruído pelo capitalismo e seu

governo fascista. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 23% dos jovens brasileiros não trabalham nem estudam, o que corresponde a um dos maiores percentuais de jovens nesta situação entre nove países da América Latina e do Caribe. A pesquisa revela também que 13% só trabalham e 15% trabalham e estudam ao mesmo tempo.

Fortalecer as lutas populares e promover derrotas sobre o governo fascista

A burguesia tem feito de tudo para descarregar sobre a classe trabalhadora os efeitos da crise. Não à toa que o núcleo duro do capital usou e continua usando de todas as artimanhas possíveis para garantir a vitória e a manutenção do governo fascista. Trata-se de um governo completamente submisso aos banqueiros, grandes empresários e aos interesses dos monopólios estrangeiros e do governo estadunidense, comandando por outro fascista, Donald Trump.

Com a pandemia do Coronavírus, a situação só tem piorado para os mais pobres. Até o presente momento, o Brasil registrou mais de 4 milhões de casos de Covid-19, totalizando quase 130 mil mortes. Todas essas mortes são resultado da total indiferença da burguesia e de seu governo com a vida humana. Enquanto faltam leitos nos hospitais para atender a população no maior caos da história da saúde pública, Bolsonaro e sua corja tentam esconder escândalos de corrupção e fazer festas para celebrar a morte. Além disso, o governo fascista entregou em 2019, R\$ 1,038 trilhão aos banqueiros através do pagamento da dívida pública.

Não bastasse, apenas nos meses de abril e maio de 2020, o governo Bolsonaro usou mais de 100 bilhões de reais de dinheiro público para comprar dólar e enriquecer os que especulam com a moeda dos EUA. Também não falta dinheiro neste governo para os bancos privados; estes, além de receberem todos os meses bilhões de pagamento de juros dos títulos públicos, têm mais de um trilhão reservado no Banco Central para sacarem na hora que quiserem. Aliás, o próprio Paulo Guedes declarou numa videoconferência do Itaú que o Brasil, país no qual ele é o ministro da Economia, “tem 200 milhões de trouxas explorado por seis bancos”.

Como agir na eleição municipal?

Após a conquista do registro eleitoral, a Unidade Popular participará pela primeira vez das eleições. Não será uma tarefa simples, pois a democracia burguesa é uma verdadeira ditadura para a classe trabalhadora e seus partidos. Enfrentaremos todos os tipos de dificuldades. Além da força do poder econômico, a burguesia tudo

fará para diminuir a intensidade da convocação da UP para as transformações sociais. Por isso, devemos estar preparados, compreendendo de maneira profunda a nossa tarefa política que é conquistar o povo brasileiro.

A eleição municipal de 2020 tende a ser uma das mais decisivas e disputadas da história recente, pois os seus resultados terão como consequência os rumos políticos do país no próximo período. Trata-se de uma oportunidade que a Unidade Popular deve aproveitar para crescer sua influência junto ao povo e enfraquecer o fascismo.

Assim, apresentamos **O programa do poder popular para as cidades**. Trata-se de uma síntese do conjunto de propostas que resultam dos debates horizontais desenvolvidos pelo nosso partido nas cidades de todo o Brasil.

É um programa municipal, contendo os principais eixos e com base nas 80 propostas nacionais que norteiam as campanhas eleitorais da Unidade Popular em todo o país, aprofundado coletivamente por moradores do município para resolver os problemas da nossa realidade local e suas especificidades.

A Unidade Popular deve governar para os trabalhadores mais pobres, explorados e oprimidos. Não ficaremos presos aos acordos de gabinete, nem ao toma lá dá cá.

Nosso objetivo é conquistar bases sociais que deem sustentação e apoiem os projetos que desenvolveremos a seu favor, fazendo avançar a emancipação política e econômica do nosso povo.

Mauá é a décima primeira maior cidade do Estado de São Paulo, localizada no chamado Grande ABC Paulista. O município é um importante centro industrial, com empresas de diversos setores, como químico, metalúrgico, petroquímico e da louça. Em 2018, ficou na 62ª colocação no ranking nacional do Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo sendo uma cidade tão grande e importante, é um dos municípios com os piores indicadores sociais da região, com grandes periferias e carências de serviços públicos para a população. Segundo o site oficial da própria Prefeitura, são gastos apenas R\$ 1 mil por ano com cada cidadão em serviços como saúde, educação, assistência social, segurança, desenvolvimento econômico, trabalho e renda, entre outros.

Essa situação, atualmente, é de responsabilidade do Sr. Átila Jacomussi (PSB), prefeito da cidade que, devido a seus inúmeros escândalos de corrupção, passa mais tempo preocupado em evitar ser novamente preso do que administrando a cidade. Os moradores seguem com os serviços públicos sucateados e sofrendo com a constante

falta de água, e enquanto isso, Átila Jacomussi segue utilizando a máquina pública para tentar se reeleger, fazendo campanha fora de época.

Hoje, frente à crise sanitária e humanitária devido ao novo coronavírus, a cidade possui uma taxa de mortalidade de 5,9 %, maior que a do estado de São Paulo (4.2), do Brasil (3.4) e do mundo (3.8), dados segundo o SEADE de agosto. A Prefeitura de Mauá já vinha realizando cortes orçamentários na saúde, com contratos e licitações irregulares, superfaturou a construção do único hospital de campanha da cidade, desviou dinheiro destinado às máscaras para os moradores, enganou a população com a construção de lavatórios públicos ineficientes, interditados pela vigilância sanitária por não cumprir com requisitos básicos. Além disso, o prefeito e os vereadores também não aprovaram políticas para ajudar a população a permanecer em suas casas sem trabalhar nesse período.

Cabe à UP desenvolver uma poderosa campanha anticapitalista nas eleições municipais, que aponte para o povo as propostas de superação da crise econômica na perspectiva da classe trabalhadora. Dessa forma, os nossos principais adversários devem ser os representantes do fascismo nas cidades, como é o caso da atual gestão da prefeitura de Mauá. Essa ação política deve estar combinada com a defesa dos interesses mais sentidos do nosso povo, convocando uma grande unidade da classe trabalhadora, das mulheres, dos negros e negras, dos LGBTs, em suma, de todos os explorados para derrotar os governos burgueses e estabelecer o poder popular.

Administração e Serviço Público

1. Proposta Central do Tema: criação do Conselho da Cidade. Órgão de participação popular junto à prefeitura, que terá caráter de definir as ações da prefeitura em todos os aspectos da cidade e da administração pública. O Conselho da Cidade será composto por delegados eleitos nas conferências regionais e nos conselhos temáticos, e terá poder deliberativo. O Conselho da Cidade se reunirá trimestralmente. A prefeita ou prefeito terá a obrigação de prestar contas do seu mandato diante do Conselho da Cidade e acatar as propostas emanadas da participação popular. Objetivo: engajar a população nos debates e decisões da cidade e efetivar a democracia popular;

2. Realização das Conferências Regionais da Cidade, dos Conselhos e Conferências Temáticas: Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Saúde, Transporte e Mobilidade Urbana, Comunicação, Segurança, Juventude, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, Moradia e Direito à Cidade, Direito das Mulheres, Direitos Humanos, Combate ao Racismo e LGBTFobia e Meio Ambiente - garantindo a participação da sociedade

nos debates referentes a todos os temas centrais deste programa. Os conselhos terão um caráter propositivo, sendo subordinados ao Conselho da Cidade, órgão que existirá como espaço de participação da população nas decisões políticas do município. Objetivo: ampliar a participação popular e dar sustentação ao Conselho da Cidade;

3. Redução da Jornada de Trabalho para 6 horas diárias no serviço público, garantindo a ampliação de salários. Objetivo: oferecer melhores condições de trabalho para os servidores públicos. Eliminar a sobrecarga de trabalho e realizar concursos públicos para atender a demanda de serviços. A partir do desenvolvimento tecnológico, ofertar um serviço de mais qualidade à população;

4. Em quatro anos, fazer os concursos necessários para suprir o atendimento à população, e elevação salarial de todos os servidores proporcionalmente, garantindo 100% de aumento para os que recebem até 2,5 salários mínimos atualmente, e tendo por parâmetro, o valor calculado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), que aponta que o salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas deveria ser de **R\$ 4.366,51** (fevereiro 2020). Objetivo: valorizar o serviço público e garantir maior paridade salarial. Se os trabalhadores são valorizados, o serviço oferecido a população tem a qualidade elevada;

5. Combate aos altos salários e redução de 70% dos cargos comissionados em relação ao número atual, fazendo com que nenhum comissionado tenha, exercendo a mesma função, salário maior que um servidor de carreira e que sejam selecionados pela comunidade. Objetivo: reduzir gastos com comissionados e democratizar os cargos;

6. Melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos, com o combate efetivo ao assédio moral, além de garantir os equipamentos necessários para a execução dos seus serviços e a manutenção dos espaços de trabalho. Objetivo: valorização do serviço público e melhoria nas condições de trabalho e da qualidade no atendimento;

Finanças

7. Propostas Central do Tema: taxaço das grandes propriedades e grandes empresas fazendo com que o ITBI (Impostos de Transmissão de Bens Imóveis), ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), pese mais em que ganha mais. Objetivo: realizar uma reforma tributária municipal que amplie o pagamento de impostos por parte dos mais ricos, desonere pequenas

empresas e a população mais pobre. Dessa forma, garantir mais equilíbrio social e melhorias nos serviços oferecidos pela gestão municipal;

8. Isenção de pagamento do IPTU para as famílias com renda per capita de 1 salário mínimo. Objetivo: desonerar as famílias de baixa renda;

9. Realizar uma auditoria da dívida do município. Objetivo: eliminar a sangria desordenada de recursos públicos e melhorar a capacidade financeira do município para atender os interesses da população;

10. Reverter todas as privatizações, terceirizações e parcerias público-privadas dos equipamentos e empresas municipais. Investir e tornar as empresas públicas socialmente referenciadas. Objetivo: manter o patrimônio público, impedir a financeirização e o endividamento;

11. Realizar auditoria dos grandes devedores de impostos, majoritariamente os grandes bancos e grandes empresas. Não fazer programa de parcelamento e exigir o pagamento imediato dos bilhões devidos. Objetivo: fazer com que os grandes bancos e monopólios paguem o ISS e IPTU, e reduzir impostos para os pequenos e médios empresários;

12. Criar fóruns de orçamento participativo conectados às conferências regionais. Objetivo: garantir o poder de decisão do povo em relação ao direcionamento da parte principal do orçamento da cidade, com a criação de mecanismos de participação direta do povo;

Educação

13. Proposta Central do Tema: fim do analfabetismo na cidade e combate ao analfabetismo funcional e à evasão escolar, promovendo o programa Educação é um Direito Humano. Estimular iniciativas de educação, através de um mapeamento por bairro, levando em conta o aprendizado dos atuais alfabetizadores e oferecendo bolsas extras para educadores e alunos. Objetivo: fortalecer a EJA e convocar estudantes universitários para realizar frente de alfabetização nos bairros e favelas;

14. Estabelecimento de um novo modelo de educação que vise o desenvolvimento intelectual, cultural e social dos alunos a partir de uma perspectiva do processo de ensino e aprendizagem da educação popular e inclusiva. Realizar eleições para

diretoria das escolas. Objetivo: promover uma educação crítica que construa cidadãos conscientes e politicamente ativos. Objetivo: promover o empoderamento da comunidade escolar, professores e professoras, merendeiros, equipe de limpeza, técnicos e auxiliares educacionais, estudantes, pais e mães, fazendo com que o investimento e as ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente;

15. Realizar concurso da educação para que todos os professores, técnicos e auxiliares educacionais sejam concursados e valorização desses profissionais, com implementação de um plano de carreiras que, ao longo de quatro anos, permita um aumento nos salários dos professores e auxiliares administrativos em 100%. Objetivo: eliminar o déficit de educadores nas escolas e a precarização do trabalho educacional e corrigir o déficit salarial dos profissionais da educação, oferecendo salário digno para a categoria;

16. Construir creches e pré-escolas de acordo com a demanda da cidade, com equipamentos e preparação profissional, de turno integral, acesso universal a todas as crianças e administração direta do município. Distribuição das vagas de creche entre as crianças a partir da distância entre a unidade e a sua moradia. Objetivo: garantir a qualidade no acompanhamento das crianças e segurança para as famílias;

17. Implementação do tempo integral em todas as escolas municipais e criação do programa 'Escola Aberta'. Objetivo: garantir em cada escola a educação laica, equipamentos tecnológicos que auxiliem na produção do conhecimento, valorização da história indígena, negra e quilombola, promoção do ensino de artes, xadrez, educação física, acompanhamento psicológico e alimentação para os estudantes e educadores, especialmente a partir das hortas comunitárias e agricultura familiar, além de possibilitar a integração da Escola com a vida social do bairro e formação para professores, para que utilizem bem essa estrutura;

18. Educação sexual nas escolas. Objetivo: oferecer às crianças e adolescentes uma educação sexual que garanta o cuidado com a saúde, o combate à violência sexual e à pedofilia, e que promova respeito à diversidade sexual;

19. Garantir que em cada escola tenha atendimento psicológico para estudantes e para os educadores, através da realização de concurso público para a contratação destes profissionais. Objetivo: possibilitar um ambiente de trabalho saudável para a produção do conhecimento;

Saúde

20. Proposta Central do Tema: fortalecimento da atenção primária em saúde a partir das Unidades Básicas de Saúde e das Equipes de Saúde da Família, com ênfase na promoção da saúde, prevenção de doenças e a implementação do Programa de Saúde da família em todos os bairros. Objetivo: estimular a saúde preventiva e melhorar o serviço de saúde da população através da diminuição do número de pessoas por médicos e desenvolver um trabalho interdisciplinar e multiprofissional em articulação com outras políticas públicas essenciais na promoção de saúde. Objetivo: incentivar políticas que promovam a saúde para além de curar a doença. Saúde não é apenas a ausência de doenças, devendo ser pensada a partir do bem-estar do ser humano em sua plenitude, abrangendo não apenas questões físicas, mas também mentais, emocionais e sociais. Para ser eficaz, a política de saúde deve estar articulada com outras políticas sociais nos bairros populares. Nesse sentido, o sujeito deve ser compreendido de forma integral e, portanto, é necessário também que as equipes de saúde sejam constituídas de forma multiprofissional e interdisciplinar;

21. Fim das Parcerias Públicos Privadas na saúde, incluindo fundações e organizações sociais. Defesa do SUS 100% público e gratuito, com administração direta do estado. Obrigatoriedade da utilização do SUS para prefeito, vereadores e secretariado. Realização de concurso para garantir que todos os profissionais da saúde sejam do quadro efetivo dos servidores públicos. Objetivo: garantir que o dinheiro da saúde pública seja utilizado na construção de postos de saúde, unidades de emergência, maior acesso às ambulâncias e valorização profissional. Saúde não deve ser uma mercadoria; eliminar o déficit de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, farmacêuticos e demais profissionais nos postos de saúde e no sistema de saúde como um todo. Essa medida gerará emprego e aumentará a qualidade do serviço prestado à população;

22. Construção de um laboratório municipal de medicamentos. Objetivo: oferecer medicamentos de graça à população e enfrentar a ganância da indústria farmacêutica;

23. Criação dos Centros de Saúde Psicológica e Psiquiátricas com ações territorializadas nos bairros periféricos. Objetivo: garantir o tratamento humanizado para as doenças psiquiátricas; reservar especial atenção à juventude no âmbito do autocuidado físico, mental e social, no combate à dependência química e na construção de uma política de saúde sexual prevenindo as DST's e gravidez na adolescência;

Transporte e Mobilidade Urbana

24. Proposta Central do Tema: redução da tarifa de transporte público, garantindo que o gasto com transporte não ultrapasse 5% do salário mínimo. Realizar ações que possibilitem esse valor do transporte. Objetivo: garantir condições para que todos os municípios utilizem o serviço de transporte da cidade, pagando um valor mais justo e condizente com a realidade financeira da maioria da população;

25. Criação de uma empresa pública municipal de transporte e fim da máfia do transporte: auditoria de todos os contratos de concessão do transporte coletivo e paulatina transferência das concessões para empresas públicas. Objetivo: oferecer um serviço de qualidade e com preço módico para toda população, com a garantia do direito de ir e vir está acima do lucro, reduzindo a necessidade do uso de carros particulares diminuindo a emissão de gás carbônico e a poluição na cidade, além da geração de empregos a partir de concursos públicos. Combater a sonegação fiscal, resgatar o dinheiro público do transporte municipal para ampliar o acesso da população. Investigar e eliminar as possibilidades de corrupção nas relações entre os empresários do transporte e a gestão municipal;

26. Municipalização das empresas de transporte que descumprirem suas obrigações contratuais de atendimento à população. Objetivo: criar gradativamente as condições para a municipalização de todo o transporte coletivo, o que permitirá garantir o livre acesso dos estudantes, desempregados, pessoas com deficiência, professores, além de garantir a modicidade do preço da passagem e ampliação dos empregos com melhores salários e mais direitos;

27. Passe livre para os estudantes e desempregados durante toda a semana, incluindo os domingos e feriados. Objetivo: garantir o acesso dos estudantes à educação e ao lazer. Facilitar a vida do trabalhador desempregado na sua busca por emprego. Sem salário, o direito de ir e vir do trabalhador está prejudicado. É necessário permitir a sua movimentação na busca por trabalho;

28. Criação, melhorias e ampliações de terminais de transporte coletivos para integração dos diferentes serviços de transporte da região. Investimento nos terminais descentralizados, como os terminais do Jardim Zaíra e no Vila Mercedes. Objetivo: facilitar a circulação na cidade gastando menos, aproveitando a geografia e interligando ônibus, metrô e trens;

29. Ampliação de ciclovias em todos os bairros, interligando as principais avenidas. Realização de obras que garantam maior acessibilidade, expandindo guias rebaixadas, aumentando o número de rotas para portadores de deficiência visual, adequando as calçadas da cidade para pessoas com dificuldade de locomoção e assegurando o devido funcionamento das rampas e elevadores de acesso nos espaços públicos. Objetivo: ampliar a mobilidade na cidade, diminuindo o trânsito, reduzindo a emissão de poluentes. Garantir o acesso à cidade para pessoas com deficiência (PCD);

30. Regulamentação do transporte alternativo e da lotação, para que aceitem o vale transporte: Objetivo: garantir segurança para os passageiros, com o cadastro de todos os condutores que operam nesse serviço, inclusive os oferecidos por aplicativos;

Comunicação

31. Proposta Central do Tema: estimular e apoiar a estruturação e funcionamento de meios de comunicação popular e comunitária. Criação de um jornal impresso, uma TV e uma Rádio Municipal, além do investimento nas rádios comunitárias e projetos de comunicação populares, com brigadas que cumpram papel da comunicação e prestação de contas, aproximando a gestão da prefeitura dos bairros. Fim dos megacontratos com empresas de publicidade e mudança da política de divulgação e propaganda. Objetivo: garantir a democratização dos meios de comunicação, facilitando a comunicação da prefeitura com a população e enfrentando as oligarquias que controlam a imprensa na cidade e na região do ABC;

Direito das mulheres

32. Proposta Central do Tema: implementação de Centros de Defesa e Convivência/Integrado para Mulheres, que visem o atendimento multi/transdisciplinar de mulheres (cis, mulheres trans e travestis) em situação de violência, sem restrições territoriais - com equipe técnica especializada para acompanhamento psicológico, social e orientações jurídicas, bem como espaços coletivos e de convivência, com reflexões temáticas, espaços terapêuticos, educação em direitos e oficinas socioeducativas e/ou de geração de renda com profissionais capacitadas. Integração do trabalho do Movimento de Mulheres Olga Benario no combate e enfrentamento à violência contra mulher através da Casa Helenira Preta, com os serviços públicos já existentes, além de investimentos em casas de referência situadas nos bairros. Objetivo: oferecer apoio às mulheres em situação de violência, permitindo com que elas

tenham tratamento psicológico, educacional e laboral, caso seja necessário, democratizando os espaços de proteção;

33. Combater todas as formas de violência de gênero e garantir investimentos, realizando ações socioeducativas, capacitação continuada sobre gênero e etnia para a prevenção das violências domésticas de gênero, visando o público escolar de todas as faixas etárias, profissionais do serviço público e a comunidade em geral. Para isso, garantir a aplicação da lei Maria da Penha (11.340/2006), que no artigo 8º prevê a promoção de estudos, pesquisas, levantamentos de dados estatísticos referentes à violência doméstica de gênero, possibilitando um diagnóstico/mapa das violências no município. Objetivo: conscientizar a população sobre a violência de gênero e criar condições para combatê-las;

34. Garantir investimentos nas políticas assistenciais para que a mulher que sofre violência seja atendida de maneira integral, prevendo a moradia, alimentação e sustento dos seus filhos. Objetivo: dar condições para independência financeira das mulheres em relação aos agressores;

35. Garantia de creches e escolas de educação infantil de turno integral e um serviço específico para cuidado das crianças (de 6 meses a 12 anos) para os horários noturnos. Objetivo: garantir que mães que trabalham ou estudam à noite tenham onde deixar seus filhos em segurança;

36. Criação e/ou ampliação de maternidades e centros de parto humanizado. Criar condições para que as mulheres tenham acesso à informação e a métodos seguros e eficientes de planejamento familiar de sua escolha. Objetivo: garantir assistência para mulheres durante a gravidez, parto e pós parto e promover o planejamento familiar e a prevenção às DSTs;

37. Organizar uma comissão de fiscalização para garantir o abortamento legal. Objetivo: garantir que as mulheres tenham acesso ao abortamento legal no município;

38. Construção de lavanderias coletivas e restaurantes populares. Objetivo: promover uma melhor distribuição das tarefas domésticas na nossa sociedade;

Direitos Humanos, Combate aos Racismos e Combate à LGBTFobia

39. Proposta Central do Tema: ampliação nos investimentos destinados à Secretaria de Igualdade Racial já existente na cidade e criação da Secretaria de Direitos Humanos e

Combate à LGBTFobia. Objetivo: garantir espaço institucional para ampliar as políticas públicas sobre ambos os temas e criar condições materiais para implementação de projetos e políticas de combate aos racismos e de combate à LGBTFobia;

40. Reconhecimento, através de lei, do povo de cultura de matriz africana como povo de tradição, garantindo a liberdade de culto independente de alvará e/ou autorização específica para a realização de suas atividades em espaços públicos; cadastrar as casas de Axé existentes na cidade e garantir, através da Secretaria de Igualdade Racial, medidas efetivas de combate à intolerância e à violência contra as religiões de matriz africana, mapeando denúncias e casos de racismo, injúria racial e intolerância religiosa. Objetivo: garantir a efetividade da liberdade religiosa, combate ao racismo e respeito às religiões de matrizes africanas;

41. Pela Implementação da Lei 10.639/2003 que obriga o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira e indígena em todas as escolas. Objetivo: contar a verdadeira história da cultura africana, afro-brasileira e indígena, fortalecendo a consciência e identidade racial da população negra Brasileira;

42. Promoção de Saúde e da Educação da População Negra. Objetivo: garantir mais acesso e melhor tratamento da população negra à saúde e à educação públicas, impedindo a discriminação racial e promovendo igualdade do acesso;

43. Retirada de estátuas, nomes de ruas e praças, que fazem referência a racistas e fascistas, como por exemplo Viaduto Élio Bernardi, Avenida Castelo Branco, Rua dos Bandeirantes, etc. Objetivo: garantir que homenagens sejam feitas apenas a defensores do povo;

44. Criar Centros de Atendimentos públicos para LGBTs vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade. Construir novos centros nas regiões periféricas do município, onde a violência se mostra mais alarmante e criação de políticas assistenciais à população trans, como cursos profissionalizantes para inserção destes no mercado de trabalho. Objetivo: pulverizar e democratizar os espaços de proteção às pessoas em situação de violência e garantir sua ressocialização com dignidade e direitos básicos assegurados;

45. Combater todas as formas de violência à comunidade LGBT e garantir investimentos, realizando ações socioeducativas. Objetivo: debater com a população a LGBTFobia e suas consequências, garantindo os direitos desta comunidade;

Moradia e Direito à Cidade

46. Proposta Central do Tema: promover uma profunda Reforma Urbana que democratize o espaço urbano e garanta o Direito à cidade para toda a população. Objetivo: garantir que os imóveis e terrenos desocupados sejam destinados à eliminação do déficit habitacional;

47. Implementar a Função Social da Propriedade prevista na Constituição Federal. Objetivo: destinar imóveis e terrenos ociosos que não estejam cumprindo função social para fins de moradia popular;

48. Implementar Tarifas Sociais para os serviços públicos essenciais, garantindo acesso universal e de qualidade ao abastecimento d'água, saneamento, coleta de lixo e energia elétrica. Objetivo: desonerar o orçamento das famílias de baixa renda;

49. Regularização fundiária de moradias em favelas, ocupações e bairros populares. Realocação dos habitantes em áreas de manancial e de risco em projetos de habitação populares. Objetivo: garantir o direito legal à moradia digna;

50. Criar o Programa de Coleta Seletiva e Solidária para estimular o descarte consciente dos resíduos sólidos e promover o desenvolvimento de cooperativas de catadores de material reciclável. Objetivo: desenvolver práticas de Economia Solidária e ação de cooperativismo popular;

51. Fazer auditoria de todos os contratos da Prefeitura com as empresas de limpeza urbana. Objetivo: eliminar a corrupção e garantir que o dinheiro público seja utilizado efetivamente para o asseio e conservação da cidade;

52. Investir em obras de infraestrutura urbana que garantam maior integração da cidade, pondo fim à divisão entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres e à hostilidade urbana. Objetivo: utilizar os recursos públicos para superar a segregação social e espacial da cidade, criando frentes emergenciais para obras de infraestrutura, principalmente nos bairros pobres;

53. Criar Empresa Municipal de Limpeza Urbana. Objetivo: oferecer um serviço de qualidade à população e economizar milhões de reais que hoje são gastos com empresas privadas e garantir melhores condições aos trabalhadores da limpeza;

54. Garantir o saneamento básico em toda a cidade. Pelo fim da privatização das

empresas de abastecimento de água e de saneamento básico e reestatização daquelas privatizadas. Objetivo: oferecer moradia digna nos bairro com abastecimento de água e saneamento básico. A ausência de saneamento é uma realidade que provoca o aumento das doenças, ampliando o sofrimento da população, especialmente os mais pobres. A água é um bem natural e não pode ser tratada como mercadoria, diferente do que dizem aqueles que defendem a privatização, a mercantilização da água e a privatização das empresas de água e saneamento vão tornar as tarifas mais altas, restringir ainda mais o acesso e piorar a qualidade da água e do serviço prestado;

55. Política social e habitacional para a população de rua. Objetivo: ampliação de abrigos e albergues que funcionem em tempo integral para a população de rua, ampliação da política de saúde dos consultórios na rua e fortalecimento da política de assistência social; construção de espaços públicos para que a população de rua possa descansar e se alimentar com qualidade, além de receber atendimento médico e educacional. Garantia de política habitacional para aqueles que desejarem sair da situação de rua e fim da criminalização e da violência estatal contra a população de rua;

Cultura, Esporte e Lazer

56. Proposta Central do Tema: fomento à produção artística dos trabalhadores da cultura de Mauá, com mapeamento de todas as iniciativas culturais desenvolvidas na cidade, editais de ocupação e gestão compartilhada de espaços públicos para ensaios, criação e apresentação de trabalhos artísticos e reformulação da lei que institui o fundo de cultura do município, garantindo mais recursos para o setor e não dando brechas para o uso desses para outros fins que não seja a promoção da cultura popular da cidade, a valorização do artista local, o aumento da produção cultural do município, bem como do acesso da população aos bens culturais produzidos em Mauá. Objetivos: garantir maior apoio material e financeiro do poder público para fomentar as iniciativas culturais populares dos artistas locais e democratização do acesso da população periférica aos bens culturais produzidos na cidade;

57. Realização anual do Festival da Cultura Popular e valorização da Festa Junina de Mauá, de forma a estimular à promoção da cultura popular e de nossos artistas. Objetivo: promover os artistas locais, garantindo a diversidade cultural e integração entre as diversas linguagens artísticas, colaborando no fomento à cultura popular;

58. Transformação das hoje chamadas Fábricas de Arte em Centros Educativos de Arte Comunitária, avançando no funcionamento do projeto das Oficinas Culturais de Mauá,

através de maior integração da comunidade e das escolas próximas a esses espaços, capacitação dos profissionais envolvidos, concursos públicos para instrutores de artes, agentes comunitários de cultura e coordenadores pedagógicos e consequente fim das parcerias com entidades privadas e da terceirização destes serviços, além de garantir a expansão de ofertas de programação cultural gratuita. Objetivo: oferecer nos bairros um espaço adequado para que a população, especialmente os mais jovens e idosos, tenham maior interação social através do acesso a cursos de iniciação, formação artística e à produção local de diversas formas de expressão cultural, contando com a qualificação dos profissionais envolvidos;

59. Ampliação da cadeia de bibliotecas públicas, comunitárias e escolares e investimento nas existentes na cidade, com o aumento do acervo de livros. Implementação do *Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca* em Mauá, construindo um estímulo à literatura através de criação de atividades culturais continuadas nas bibliotecas e diversos espaços de leitura, como oficinas, debates, clubes de leituras e saraus, além de feiras literárias em espaços abertos como praças e parques. Fomento municipal através de concursos públicos para valorização dos bibliotecários e da cadeia criativa (mediadores de leitura, autores e poetas). Sistematização online do catálogo do acervo das bibliotecas, facilitando ao acesso dos munícipes às informações sobre o mesmo. Objetivos: assegurar a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas, bem como o fomento à leitura e à formação de mediadores, a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico e econômico;

60. Revitalização cultural das praças e parques da cidade, através de feiras de arte de rua e artesanato semanais, garantindo bolsas de estímulo à produção desses artistas, tendo em vista as dificuldades que eles têm em se manter com seu trabalho na cidade. Objetivo: recuperação de parques e praças hoje abandonados, com maior circulação de pessoas na cidade e atrelando esse fator à melhoria das condições de trabalho dos artistas de rua e artesãos de Mauá;

61. Ampliação da oferta de atividades e eventos de esporte e lazer, com investimento nos equipamentos públicos esportivos e de ginástica de acordo com as demandas de cada comunidade, estimulando a prática esportiva, especialmente aos jovens e aos idosos. Objetivo: garantir uma estrutura mínima para a prática esportiva e de ginástica para melhoria da saúde da população, e que Esporte e Lazer também estejam presentes nos bairros mais periféricos e não apenas nos bairros centrais e/ou tradicionais;

62. Incentivar a ação conjunta da comunidade com órgãos públicos para a manutenção e recuperação das instalações e equipamentos de cultura, esporte e lazer existentes. Valorização do Ginásio Esportivo Celso Daniel, com efetiva realização de aulas de esporte e dança disponibilizadas para a juventude e as pessoas idosas. Objetivo: garantir manutenção e um bom funcionamento dos equipamentos culturais, esportivos e de lazer e maior integração com as comunidades em que se localizam estes espaços;

Segurança

63. Proposta Central do Tema: promoção de uma segurança pública que defenda a vida, atacando a raiz do problema da violência na cidade, que é o desemprego, a desigualdade social e a miséria. Combate à violência policial e substituição do processo de militarização da Guarda Civil Municipal por um programa de redes de inteligência integradas a ações comunitárias de segurança. Fim da repressão à classe trabalhadora informal e políticas de geração de emprego, especialmente para a juventude periférica, principal alvo da violência e do tráfico em nosso país. Objetivo: garantir uma segurança pública que proteja a vida humana, e não somente a propriedade privada dos mais ricos. Eliminar a perseguição à população mais pobre, realizando um processo de reeducação da guarda municipal e acabando com o batalhão de choque;

64. Criação de um programa de formação antirracista destinada à GCM, articulado em conjunto com a Secretaria de Igualdade Racial, com o intuito de reeducação e combate ao racismo estrutural dentro da corporação. Construção de uma ouvidoria específica da prefeitura para casos de racismo, garantindo a fiscalização da atuação da GCM nos bairros da cidade. Objetivo: fim de ações truculentas do Estado, no âmbito do município, contra a juventude preta e pobre da periferia. A Guarda Civil Municipal não será mais militarizada e racista, e cumprirá com o papel de combate à violência contra os trabalhadores, e não de criminalização da população mais pobre dos bairros;

65. Promover atuação conjunta da secretaria de segurança com outros setores, como direitos humanos e assistência social, adotando ações preventivas que estimulem a convivência comunitária nos bairros periféricos atreladas a políticas socioculturais de redução de danos, mediação de conflitos e de policiamento comunitário. Objetivo: combater a violência através de ações alternativas ao caráter repressivo da polícia;

66. Assegurar a ampliação da iluminação das vias públicas, utilizando energia sustentável. Objetivo: zelar pelo tráfego de pessoas na vida noturna da cidade, garantindo mais segurança;

Juventude

67. Proposta central do tema: incentivo ao primeiro emprego com criação de cursos profissionalizantes e reserva de vagas de estágio no serviço público municipal. Objetivo: garantir assistência a jovens que estão ingressando no mercado de trabalho;

68. Criação de Agência Municipal do Primeiro emprego, com o propósito de integração regional à demanda do ABC, com banco de dados de emprego específico para a juventude. Objetivo: centralizar a organização das vagas de trabalho destinada aos jovens;

69. Criação de Programa de Assistência Estudantil a estudantes secundaristas de médio e técnico e universitários de baixa renda. Objetivo: contribuir para a manutenção de jovens de baixa renda em escolas e universidades;

70. Criar o programa 'Juventude e Participação', com debates nas escolas sobre os direitos dos jovens, frente ao Estado e autoridades. Objetivo: discutir com a juventude seus direitos e deveres e combater o extermínio da juventude nas periferias;

Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

71. Proposta Central do Tema: estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas e industriais da cidade, com o combate à desindustrialização. Valorização dos princípios da economia solidária, o trabalho, o saber e a criatividade humanas, a cooperação, a solidariedade, o interesse coletivo e a preservação do meio ambiente. Objetivo: fortalecer as atividades econômicas dos diferentes territórios da cidade e geração de emprego e renda para população e expandir a comercialização de produtos de economia popular e fortalecer respectivas cadeias produtivas;

72. Criação de Observatório do Trabalho do município. Promoção de políticas de qualificação profissional, criando mecanismos de incentivo à empregabilidade de pessoas com deficiência e de grupos mantidos à margem da sociedade. Objetivo: analisar dados do mercado de trabalho visando amparar ações objetivas do município no apoio às políticas de trabalho e emprego, além de incentivar a formação dos profissionais em diversas áreas e maior democratização do acesso ao mercado de trabalho;

73. Incentivo às empresas nacionais comprometidas com o combate à precarização decorrente das atividades terceirizadas, com o meio ambiente e com a manutenção do emprego dos(as) operários(as), para que se instalem na Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI 1), fortalecendo as atividades econômicas em benefício da classe trabalhadora nos dois pólos industriais da cidade: Pólo Petroquímico de Capuava e o Pólo Industrial de Sertãozinho. Objetivo: garantia de emprego para a maioria da população dentro do próprio município, na área industrial, de forma a diminuir o caráter de cidade dormitório devido a falta de ofertas de trabalho em Mauá, melhorando o desenvolvimento econômico e as condições de vida dos trabalhadores;

74. Criação de uma empresa pública de aplicativos de serviços de entrega. Objetivo: atender as demandas da população relacionadas ao setor, garantindo condições justas de trabalho aos entregadores vinculados;

75. Garantia da estabilidade de trabalho e renda de pequenos produtores rurais urbanos, com disponibilização de subsídios e crédito a esses trabalhadores. Realização de compras pela administração municipal de produtos orgânicos e agroecológicos para escolas, sacolões públicos, distribuições da assistência social etc. Incentivo ao sistema de cooperativa e hortas comunitárias. Objetivo: fortalecer o trabalho dos pequenos produtores rurais urbanos, de forma a garantir sua permanência na atividade rural e a democracia alimentar do município;

Meio Ambiente

76. Proposta Central do Tema: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas, combatendo a degradação ambiental e perda de biodiversidade. Responsabilização dos principais agentes de ataque ao meio ambiente: as grandes indústrias e a minoria que enriquece a partir da degradação da natureza e da piora das condições de vida dos trabalhadores. Objetivo: criar soluções que combatam a destruição do meio ambiente sob o ponto de vista estrutural, defesa da vida, da fauna e da flora antes do lucro dos capitalistas;

77. Fiscalização da emissão de agentes poluentes (gases e ruídos) de empresas e indústrias da cidade, como empresas de transporte, a petroquímica e o pólo industrial, principalmente do Capuava e Sônia Maria, incentivando a substituição de tecnologias poluidoras por sustentáveis. Objetivo: Melhoria da qualidade do ar, beneficiando a

saúde e qualidade de vida dos cidadãos mauaenses pelo controle da poluição do ar e sonora;

78. Combate às mudanças climáticas através da implementação de usos alternativos de energia em equipamentos públicos do município. Objetivo: tornar mais eficiente o uso de energia elétrica e da água nestes espaços, com aproveitamento da luz solar e da água da chuva e de reuso.

79. Estímulo à criação e valorização de cooperativas de reciclagem e realização de campanhas de educação ambiental. Objetivo: reduzir o lixo produzido na cidade e atrelar a educação ambiental à promoção de trabalho e renda de catadores;

80. Defesa das áreas de preservação ambiental, realizando obras em áreas de risco para contenção de cheias e deslizamentos, procurando soluções populares para as questões de moradia irregular nestes locais, protegendo mananciais e nascentes dos rios. Criação de novas unidades de proteção e conservação ambiental, bem como valorização dos parques ecológicos públicos do Guapituba e da Gruta Santa Luzia. Objetivo: fim das situações de deslizamentos de terra e das enchentes na cidade, protegendo a vida das famílias de forma a garantir suas moradias em locais seguros, bem como a preservação e despoluição de áreas de preservação ambiental.